

CONCLUSÕES

A dieta básica (frequência de consumo acima de 50%) da população amostrada resume-se nos seguintes alimentos: açúcar, café, farinha de mandioca, pão, arroz, manteiga, carne, pescado, cebola e leite. Faltam dados quanto à frequência de citação de sal e óleo.

A renda familiar demonstrou influenciar significativamente apenas a frequência de consumo do pescado ($p < 0,05$), que é maior na classe de renda mais baixa.

O tempo de residência na capital tem um efeito significativo sobre a frequência de consumo do pescado ($p < 0,0001$), carnes ($p < 0,005$) e leite ($p < 0,05$), sendo os dois últimos mais freqüentemente citados entre as famílias que residem há mais tempo em Manaus, e o primeiro, entre as que residem há menos tempo. Estes resultados podem evidenciar a manutenção de costumes adquiridos no interior, mas podem também ser condicionados pela renda, já que o pescado, na época da pesquisa, era mais barato que carnes e leite, e a renda varia significativamente com o tempo de residência em Manaus ($p < 0,01$), aumentando com este.

Outros modos de aquisição de alimentos que não a simples compra local foram comuns, e podem ser de importância para as famílias mais pobres. Entre estes, destacam-se os alimentos ganhos de vizinhos ou parentes do interior, e os retirados dos quintais. O costume de se plantar é muito difundido, e também, em menor escala, o de manter criações domésticas.

A alimentação em geral mostrou-se deficiente em vitamina A, tiamina e riboflavina, um pouco insatisfatória para energia, e boa para proteínas e ferro, resultados que corroboram os encontrados por Shrimpton & Giugliano (1979) para a população de Manaus.

A suficiência alimentar é influenciada pela renda no que concerne à energia ($p < 0,0001$), proteína ($p < 0,006$), vitamina A ($p < 0,001$), tiamina ($p < 0,002$) e riboflavina ($p < 0,002$),

não exercendo ela efeito significativo no caso do ferro. O tempo de permanência não influenciou significativamente a adequação da dieta.

O efeito da renda sobre a qualidade da dieta (razão energia: nutriente) faz-se sentir apenas no caso do ferro ($p < 0,05$) e da vitamina A ($p < 0,01$). O ferro apresentou uma relação inversa, diminuindo com o aumento da renda, talvez face à diminuição do consumo de farinha de mandioca, maior fonte deste mineral na amostra, à medida que a renda sobe. A presença de vitamina A aumenta com a renda, embora ela seja encontrada em alimentos baratos, como pupunha, tucumã, jerimum, fígado de boi. A explicação dada é que estes alimentos não são bem aproveitados, por motivos diversos, como sazonalidade e falta de estrutura de comercialização no caso das frutas, e costume, no caso do fígado. Fontes mais caras, como leite, tomate, pimentão, ovos, são mais utilizadas, estando o seu uso sujeito ao aumento da renda.

O efeito da renda sobre a adequação dos outros nutrientes deve ser devido apenas à maior quantidade de alimentos consumida na classe mais alta, não refletindo qualquer padrão de mudança da qualidade nutricional da dieta.

O tempo de residência não mostrou nenhum efeito significativo sobre a qualidade da dieta.

O gasto com alimentação correlaciona positivamente com a renda *per capita* ($p < 0,0005$), isto é, aumenta com o aumento desta até uma renda de aproximadamente Cr\$ 1.000,00 *per capita* por mês, que corresponde a uma renda familiar de cerca de 5 salários mínimos; até este nível de renda inserem-se aproximadamente 60% da população de Manaus.

Como a suficiência alimentar melhora com a renda, concluiu-se que esta está limitando a adequação da dieta para 30 a 60% da população, e que um aumento na renda até 5 salários

mínimos iria melhorar a suficiência alimentar. Acima deste nível, seria indicada também uma educação nutricional, que fornecesse orientações sobre a qualidade dos alimentos, meios de se obter uma dieta equilibrada, etc..

SUGESTÕES

Os primitivos habitantes da Amazônia podiam contar, para alimentar-se, com uma natureza pródiga, da qual eles tiravam sabiamente proveito, sem jamais exaurí-la. Havia caça, as águas pululavam de peixes muito variados, quelônios e peixes-bois. Havia também muita fruta, que servia de complementação à variedade de pratos que eram preparados com a mandioca tirada das roças. Mas, também, a população era muito menor e dispersa.

Hoje, com o relativo aumento populacional, e a dizimação da flora e da fauna, exploradas inadequadamente, os alimentos regionais vão cada vez mais se escasseando, ou encarecendo, a ponto de uma fruta regional ser mais cara que uma importada de outras partes do país.

Atualmente, o Estado do Amazonas é auto-suficiente em apenas dois alimentos: peixe e farinha de mandioca (Shrimpton, 1980). Em 1973, 29% do total das importações do Estado foi de alimentos (Batista, 1976). O êxodo rural, que se acentuou com o advento da zona franca, muito está contribuindo para isto, na medida em que uma parcela cada vez maior da população está passando da condição de produtora, no interior, para a de consumidora na capital.

Quem mais sofre com esta situação é a população de baixa renda: por um lado, o preço dos alimentos importados, acrescido de custos de transporte, acondicionamento, etc., torna-os inacessíveis; por outro, grande parte dos alimentos locais, por ter baixa produção e não ter comércio organizado, chega aos mercados a preços arbitrários, com os quais o consumidor pobre não pode arcar. O que há então é uma tendência ao empobrecimento progressivo do padrão alimentar destas classes, o que pode levar a sérios riscos nutricionais.

Basicamente, o que deve urgentemente ser feito, é incrementar-se a produção de alimentos locais. Os institutos de pesquisa devem dar ênfase especial ao estudo de variedades

mais produtivas de plantas comestíveis, proceder ao melhoramento das espécies nativas, e pesquisar novas fontes alimentares regionais.

Incentivar o plantio de fruteiras, as mais diversas, tanto ao nível empresarial; para suprir os mercados, quanto ao nível doméstico. junto às donas-de-casa dos bairros pobres, seria uma medida governamental muito útil, visto as frutas representarem importantes fontes de vitaminas e minerais, por enquanto fora do alcance das famílias mais pobres.

Sendo o peixe a principal fonte de proteínas para as classes mais pobres, estudos sobre a biologia e ecologia das diversas espécies e o tamanho dos estoques, a fim de determinar a intensidade de pesca ótima, são necessários, se quisermos evitar a depleção deste valioso recurso.

As populações rurais devem participar ativamente do processo de regionalização da economia alimentar. Para que a produção seja realmente dirigida a um consumo local, é o próprio homem da região quem deve produzir. É necessário então fixar a mão-de-obra à terra, minimizando o fascínio exercido pelas capitais. Para isso, o primeiro passo é dar ao caboclo, seu iugar de origem, o que ele vem buscar na cidade grande: uma vida mais facilitada, onde escola para seus filhos e assistência médica familiar não sejam apenas miragens longínquas.

O êxodo rural pode ser assim desacelerado, mas dificilmente será revertido: os que vieram para a capital, aqui permanecerão. Para a melhora das condições alimentares destes, geralmente trabalhadores assalariados, impõem-se outras medidas; visto que a alimentação melhora com o aumento da renda, pelo menos até uma faixa de cinco salários mínimos, seria acertado aumentar-se de cinco vezes o salário mínimo, e/ou baixar-se para um quinto o preço dos gêneros alimentícios básicos para uma alimentação sadia, através de subsídios governamentais. Note-se que esta estimativa se baseia apenas na melhoria da dieta e não na da qualidade de vida geral, e foi feita para os preços vigentes em janeiro de 1979, sendo portanto conservativa, por não estar considerando os índices inflacionários daquele período para os dias atuais.